

SERVIÇO DE APOIO JURÍDICO UNIVERSITÁRIO

Centro de Ciências Jurídicas - CCJ

Sérgio Torres Teixeira - sergiotteixeira@uol.com.br

Objetivos:

1. Efetivação da função social da Universidade, de forma a inserir o estudante na realidade da qual é parte e estimulá-lo a atuar como profissional-cidadão; 2. Através da extensão universitária, permitir uma aproximação dos alunos com a Defensoria Pública; 3. Estabelecer um vínculo entre a UFPE e a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco como uma maneira de assegurar aos estudantes uma extensão universitária, e também contribuir com a Defensoria Pública para a realização dos propósitos dessa Instituição, quais sejam: promoção da cidadania, garantia dos direitos do cidadão, justiça social, ética, eficiência e eficácia das ações. Valores que são, indubitavelmente, correspondentes aos anseios da atividade extensionista na Universidade Pública. 4. Acompanhamento jurídico-processual das demandas apresentadas pelo público junto à Defensoria Pública; 5. Praticar os conhecimentos adquiridos nas capacitações do projeto e no curso de Direito, tendo em vista sempre o cunho social; 6. Promover, no ambiente acadêmico, debates provenientes da experiência nas unidades da Defensoria Pública; 7. Pleitear junto às autoridades competentes um maior comprometimento político no fortalecimento da tão nobre Instituição; 8. Dialogar com a população, ensejando o reconhecimento desta quanto aos seus direitos e deveres e noções de cidadania, civismo e organização sócio-comunitária; 9. Despertar o interesse da comunidade a respeito da Defensoria Pública de Pernambuco, mostrando a sua tamanha importância como instrumento para efetivar o acesso à justiça; 10. Apresentar aos moradores dos territórios do Governo Presente/Pacto pela Vida as carências que possui a DPPE, a fim de que, deste modo, a própria comunidade desperte uma visão crítica perante a Defensoria Pública e cobre dos representantes políticos melhorias.

Resumo:

Em seu artigo 134, a Constituição Federal prevê a criação da Defensoria Pública, cuja função é prestar assistência jurídica à população. Conquanto seja uma instituição de grande valia para o acesso à justiça, infelizmente a estrutura, tanto física quanto humana, assim como os investimentos, são insuficientes em face a uma demanda cada vez maior. Some-se, ainda, a ausência de um comprometimento político das autoridades do poder executivo em fortalecer a Instituição. Enquanto isso, a realidade do curso de Direito é a formação de estudantes cada vez mais preocupados com consecução dos seus interesses particulares, esquecendo, assim, da indispensável função social da Universidade. Nesse diapasão, o SAJU vem propiciando o contato com a crua realidade das Defensorias, com o intuito de o estudante ter uma formação crítica e mais fincada na realidade da maioria da população. Para além disso, pretende-se, em 2011, ampliar os trabalhos através de atividades diretamente nas comunidades. Em síntese, com a atuação dos graduandos em Direito junto aos Defensores Públicos, procura-se consolidar o acesso à justiça, assim como sensibilizar o meio acadêmico para a necessidade da luta pela concretização dos direitos individuais e coletivos de toda a população e, em especial, dos hipossuficientes.